

## ENTRE OVELHAS E LOBOS: UMA PERSPECTIVA ETNOGRÁFICA ENTRE RELIGIÃO E POLÍTICA NA ASSEMBLEIA DE DEUS

Estêvão Barros Chaves  
estevao.bchaves@gmail.com  
FAPESP  
UFSCar  
Graduando

Essa pesquisa visa uma análise antropológica da relação entre política e religião no contexto etnográfico de uma Assembleia de Deus. As observações apontam para o papel central do conflito na concepção cosmológica dos fieis, sendo que principalmente a separação entre igreja e mundo secular é mobilizada a todo o momento, produzindo uma divisão radical entre “as coisas do mundo” e as “coisas de Deus”. Surge assim, ao se falar em política, uma aporia, já que a igreja deve lidar simultaneamente com sua própria cosmologia (que separa a igreja e o mundo) e com a política (mundana). A pesquisa, portanto, busca analisar quais são os processos para que no interior de uma ontologia (no sentido religioso) cristã a política seja aceitável e, no limite, necessária à própria Igreja.

Palavras-chave: Antropologia da política; Antropologia da religião; Assembleia de Deus; Eleições.

\*\*\*

A religião tem entrado no cenário político há muito tempo. Valores religiosos, apoio de um lado e acordos e discordância de outro: a política sempre teve que lidar com a religião. Desde a década de 80, a política brasileira conta com a presença cada vez maior de evangélicos em seu meio, atuando ativamente em nome do cristianismo e de suas próprias denominações (Freston, 1993). Essa grande inserção dos evangélicos no cenário público brasileiro, principalmente dos pentecostais e neopentecostais (Freston, idem), foram amplamente estudadas e mostram grande ascensão da representatividade religiosa no campo político. Neste trabalho a relação entre política e religião será observada a partir da perspectiva religiosa e não da política, ou seja, a ênfase aqui será dada a partir do que a religião tem a dizer sobre a política e não o contrário.

A finalidade é compreender como a política é articulada dentro de uma igreja evangélica pentecostal. A etnografia feita entre os fieis de uma Assembleia de Deus, Ministério Belém, do interior de São Paulo entre julho e outubro permite observar essa relação entre os fieis a partir de sua crença e da instituição religiosa. A política só pode ser

pensada dentro da igreja a partir dos termos da própria Igreja<sup>383</sup>. Essas relações possuem muitas faces, muitas minúcias, e não será possível abordar a todas aqui. Por isso o conflito será metodologicamente enfatizado; isso não quer dizer que outras forças, outros discursos e relações não estejam em jogo.

A política no meio evangélico e mais especificamente na Igreja Evangélica Assembleia de Deus (IEAD) advém dos anos 80 e tem crescido muito desde então. O crescimento da política no meio evangélico não é somente em termos quantitativos (deputados e vereadores, por exemplo), mas também em termos qualitativos (Almeida, 2009). Isso quer dizer que a relação da religião com a política tem mudado nos últimos anos: instituição, pregações, concepções de líderes e fieis, tudo tem se modificado a partir da inserção política no meio religioso.

Quando algo se insere na religião e passa a fazer parte dela, é preciso que se conforme aos seus termos e prerrogativas, sendo incorporada ao cotidiano e às práticas daqueles que fazem parte da cosmologia religiosa. Em outras palavras, os fieis possuem uma crença e quando algo exterior a ela emerge em seu meio, é preciso “aprender” a lidar com ela. É o caso da política. É impossível que a política simplesmente adentre o templo sem maiores consequências. Antes, é preciso articular a política (principalmente eleitoral) aos princípios e à moral confessados naquele meio.

Da relação entre a religião e a política surge uma aporia. A religião é a busca por Deus, ou seja, são fieis que visam *as coisas de Deus*<sup>384</sup>; Enquanto a política é mundana, suja e suscetível ao pecado. De um lado o sagrado, de outro o profano. Aqueles que creem e que possuem em si o Espírito Santo devem se afastar do mundo, das tentações mundanas, pois tudo o que elas podem gerar é pecado, dor e sofrimento. A Resposta está acima do *sistema mundano*, está nos céus. O que justifica então (e algo precisa justificar) a entrada de convertidos, pastores ou não, no cenário político?

---

<sup>383</sup> A igreja com ‘i’ minúsculo se refere à construção arquitetônica, ao templo em si. Igreja com ‘I’ maiúsculo se refere aos fieis, ao *corpo de Cristo*.

<sup>384</sup> As palavras em itálico remetem às categorias dos próprios fieis.

## O MUNDO E A IGREJA

Como já foi dito, a política está inserida no mundo, faz parte dele, e por isso está rodeada de pecado e suscetível a ele. Quem está no mundo está longe de Deus e quem está em Deus está longe do mundo:

Fieis, não compreendeis que a amizade do mundo é inimiga de Deus? Aquele, pois que quiser ser amigo do mundo constitui-se inimigo de Deus. (Bíblia Sagrada, Tiago 4:4).<sup>385</sup>

A mensagem é clara: não se pode servir a dois senhores<sup>386</sup>. O mundano e o transcendente (Canell, 2005) só podem estar em oposição e toda relação entre eles é potencialmente perigosa. A política, assim como tudo aquilo que está no mundo, tende a ser um local de pecado, pois ali há falta de Deus.

A relação entre o mundo e o pecado não é intrínseca, é contingencial. O pecado adentrou o mundo com o pecado original e a partir daí todos os seres humanos possuem uma *natureza adâmica* (que advém de Adão), pecadora. Até que a natureza do ser humano seja modificada através da ação do Espírito Santo (que começa com a conversão), o homem está em uma condição pecadora, pois sua natureza em si é *imunda*. Não se pode esperar nada puro através de mãos pecadoras, como as instituições políticas, por exemplo. Antes de qualquer coisa, os fieis devem permanecer separados do mundo.

Logo, já não sou eu quem vive, mas Cristo vive em mim; e esse viver que, agora, tenho na carne, vivo pela fé no Filho de Deus que me amou e a si mesmo se entregou por mim. (Gálatas 2:20).

Ser cristão, para meus intervenientes, é se separar do mundo: seja no trabalho, na família, com os amigos, ou qualquer lugar em que a condição cristã não esteja dada, é preciso que os fieis se diferenciem, que não compactuem com uma moral manchada pelo pecado e ajam como verdadeiros cristãos (misericórdia, sabedoria, cuidado e discernimento são algumas virtudes necessárias a um convertido). A diferença entre cristãos e não cristãos deve ser evidente também na política, seja no voto, seja nas opiniões, seja no próprio meio político.

As especificidades de uma política entendida nos termos religiosos podem ser observadas até mesmo quando ela converge com opiniões exteriores aos próprios fieis. Por exemplo, as críticas à esquerda (principalmente ao comunismo) são assimiladas e

---

<sup>385</sup> Todas as referências bíblicas aqui mobilizadas foram utilizadas nos cultos em que participei.

<sup>386</sup> Mateus 6:24.

reproduzidas pela Igreja, mas com algumas nuances como a ênfase na falta de liberdade religiosa. Apesar de ser um discurso exterior, o pastor e os fieis apropriam-se e utilizam-se desse discurso como forma de legitimar sua postura política. Resumindo: o que há de mais geral e de mais específico se confundem, se articulam e se reinventam para produzir opiniões, discursos e concepções.

A principal característica para se falar em política, como já foi dito, é a dicotomia entre o que está no mundo e o que está fora dele. Estar fora do mundo significa estar *na presença de Deus*, é preciso que o “Espírito Santo aja” no indivíduo mudando sua natureza, seu modo de agir e pensar, sua relação com o mundo. A *nova natureza* daqueles que se converteram à Cristo deve modificar toda a vida do indivíduo, desde a economia (Weber, 2004) até seus hábitos alimentares. A conversão é mais que uma mudança de hábitos, pois se levarmos a sério aquilo que os evangélicos da Assembleia de Deus dizem e acreditam, devemos admitir que uma conversão ontológica (de natureza) ocorre<sup>387</sup>.

A política está inserida nesta divisão no limiar entre o sagrado e o profano. Por um lado a política é um local de corrupção e imundície onde pessoas do mundo se contrapõem aos valores cristãos, de outro a política possibilita a busca pelos direitos e reivindicações dos cristãos, dando voz e representatividade a todos os que fazem parte da cosmologia cristã. Essa visão é altamente disseminada através dos pastores e lideranças que, através das convenções nacionais, devem apoiar determinados candidatos ao legislativo. Os fieis, uns mais receosos que outros, se dividem. A política é fato relativamente novo na igreja e é preciso algum tempo até que todos se acostumem a ver essa nova face da luta cristã por “um mundo melhor”. Os membros mais novos da igreja apoiam a presença evangélica no Congresso e admitem que ela seja necessária, enquanto outros, há mais tempo na religião, ainda detêm resquícios de uma tradição em que “crente não se mete em política”.

A tendência é que os fieis evangélicos passem a apoiar a participação de lideranças e fieis na política, já que o pastor e as lideranças das IEAD são instruídos pelas Convenções<sup>388</sup> a

---

<sup>387</sup> O sentido ontológico foi tomado aqui a partir da inspiração de Tomás de Aquino. Para conhecer melhor o tema: A Existência na filosofia de S. Tomás, (Gilson, 1962).

<sup>388</sup> Confradesp: Convenção Fraternal Interestadual das Assembleias de Deus Ministério Belém no Estado de São Paulo; e CGADB: Convenção Geral das Assembleias de Deus no Brasil.

apoiar determinados candidatos escolhidos por eles. Os pastores devem fazer mais do que apenas angariar votos para os candidatos da igreja, eles devem incentivar os fieis a aderirem determinado projeto político, aderir a um lado da sociedade (Palmeira, 1992). O pastor vai além do pastoreio da alma e dos conselhos teológicos: seu papel também é liderar e ser exemplo a toda igreja; sua palavra é amplamente respeitada e acatada. Por isso, quando o pastor declara seu voto em um candidato e diz que ele é a melhor opção para defender a família e os valores cristãos, os fieis dificilmente desconsiderarão esse candidato, fazendo da declaração do pastor a opção de voto mais provável.

A defesa da família, dos valores e da moral cristã são as principais bandeiras que explicitam a necessidade imediata da intervenção da igreja na política brasileira. O pastor e alguns fieis mostram a mesma preocupação: “estão acabando com a família cristã, estão a colocando em risco”. O mundo está contra a igreja, os dois são inimigos. A política, fazendo parte do *sistema mundano*, busca destruir o que a igreja constrói e, se possível, busca destruir a igreja como um todo: é necessário fazer algo. Projetos de lei como a legalização da maconha e do aborto, casamento entre pessoas do mesmo sexo e proibição de Bíblias ou qualquer material religioso em locais públicos (o que inclui a escola) são ataques deliberados à família e à tradição.

É preciso agir: oração, evangelização, missões evangelísticas e política são algumas formas de se opor ao mundo e tentar transformá-lo. Em uma convenção de adolescentes na Assembleia de Deus a mensagem era clara: “vamos mudar o mundo”. Alguns meios de alcançar esse suntuoso fim foram listados acima; é errôneo afirmar que a política irá fazer todas as mudanças que a cosmologia cristã deseja, mas ela é um dos meios da igreja de sobreviver aos ataques mundanos e de conquistar o que acha ser o melhor para todos (já que a única maneira de ser feliz é rendendo-se à Deus). Esse assunto será tratado posteriormente.

A ontologia cristã, ou seja, a mudança de natureza mediante a presença do Espírito Santo no indivíduo gera uma cosmologia que busca sempre a felicidade e que só pode ser conseguida através de Deus. Esse sentimento de completude que só é possível a um verdadeiro cristão deve ser exteriorizado, demonstrado em palavras e ações; precisa ser disseminado para que todo mundo saiba “que Deus é o Senhor”:

*Portanto ide, fazei discípulos de todas as nações, batizando-os em nome do Pai, e do Filho, e do Espírito Santo; Ensinando-os a guardar todas as coisas que eu vos tenho mandado; e eis que eu estou convosco todos os dias, até a consumação dos séculos. Amém. (Mateus 28:19-20, grifo meu).*

A cosmologia cristã, através da política, busca um ideal de sociedade em que seus valores são instituídos mediante a falta de valores mundana. Como os fieis disseram diversas vezes, “o mundo muda, mas os princípios são eternos”. Com isso eles postulam a imutabilidade da Bíblia, assim como da crença cristã e de seus valores: o casamento homossexual é e sempre será nocivo à sociedade e à família, pois a Palavra de Deus condena essa ação. A política está no limiar entre o mundo e a igreja, pois através dela os pontos de vista podem ser contrapostos, buscando tornar as reivindicações valorativas hegemônicas a toda sociedade.

A campanha política do pastor de uma IEAD, Paulo Freire, candidato à reeleição, foca-se justamente no que vem sendo discutido até aqui. Um panfleto distribuído nas Assembleias de Deus ilustra a participação política de cristãos e a busca por representatividade dos fieis:

Nunca os princípios cristãos e os valores da família tradicional estiveram sob tão grande ameaça como nos dias atuais. O Congresso Nacional tem sido o palco onde leis que são contrárias as [sic] nossas crenças têm sido debatidas e votadas. A presença de deputados federais cristãos é de suma importância para impedir que essas leis, contrárias as nossas liberdades, sejam aprovadas pelo Parlamento brasileiro. O deputado Paulo Freire tem tido uma atuação firme na defesa dos princípios e valores cristãos.

O conflito entre duas ontologias é explícito: existem duas concepções de mundo, antes de haver duas concepções políticas. Além disso, não há um terceiro termo, ou há Deus nas vidas pessoais ou não há. Ao defender os “princípios e valores cristãos”, a campanha política de Paulo Freire exacerba o político e apela a essa dicotomia construída em torno da crença.

## A POLÍTICA A SERVIÇO DA RELIGIÃO

Segundo a principal convenção das Assembleias de Deus do Ministério Belém<sup>389</sup>, candidatos cristãos devem assumir o cargo público com o compromisso de representar e ser fiel aos interesses cristãos e da igreja e se contrapor a quaisquer projetos que atinjam esses interesses. Afinal, a representatividade se baseia na confiança de que os valores sobre os quais a campanha política fora construída mantenham-se após as eleições.

Quando a política adentra o templo, ela é revestida de promessas e procedimentos de purificação que permitem que ela circule e ganhe legitimidade. Em primeiro lugar, é preciso que toda a política circulante, seja material, seja discursiva, volte-se para a vontade e interesses dos fieis. A política só pode circular na igreja desde que conte com a permissão do pastor. Ademais, o período eleitoral (Heredia e Palmeira, 1993) detém quase todo o fluxo político na igreja, ou seja, grande parte do contato dos fieis com a política se resume aos dois ou três meses que antecedem as eleições.

Acima mencionado, o processo de especificação dos discursos traz consequências também à campanha eleitoral. Discursos empregados por grande parte da população são utilizados pelas campanhas de candidatos cristãos. A defesa da família cristã, por exemplo, passa pela defesa de certos pressupostos que nada tem a ver com a religião em si. Outro exemplo é a crítica à “lei da palmada” em que bater no filho torna-se crime: para os evangélicos da Assembleia de Deus essa lei vai contra os preceitos cristãos de que os pais podem educar os filhos com repreensões físicas, se necessário. Essa oposição soma-se a uma série de opiniões adversas à aprovação da lei e que nada tem a ver com a religião.

Essas diferenças entre o geral e o específico não são óbvias quando observadas de fora, enquanto política institucional. As especificidades devem ser realçadas para os fieis e pelos fieis, mostrando que existe uma finalidade intrínseca no ‘fazer política’ da igreja. Talvez pelo constante receio da presença política no meio religioso, talvez pela ênfase das lideranças na necessidade de uma política cristã, a circulação política na igreja deve referir-se à própria Igreja. Caso eleito, o político deve continuar ressaltando as reivindicações da igreja, mas

---

<sup>389</sup> CGADB, ver nota 6.

agora pode aliar e deter discursos que extrapolem as especificidades que os discursos dentro do templo devem possuir.

Segundo José Wellington Bezerra da Costa, pastor e maior liderança das Assembleias de Deus Ministério Belém na atualidade:

Temos uma guerra declarada contra o pecado e contra o satanás e agora vamos para uma guerra política [...] Não temos eleitores, temos ovelhas. Mas agora somos pastores e queremos despertar o povo para exercer a cidadania. Pagamos impostos e queremos decidir o futuro político do Brasil. (José Wellington Bezerra da Costa, presidente da CGADB, Folha de S. Paulo, 15/06/2002). (Machado, 2003: 283).

Sua declaração mostra que a dicotomia entre o mundo e a igreja é permanente; o pecado e Satanás são inimigos dos cristãos. A “guerra política”, como ele mesmo chama, também mostra a face do conflito frente ao outro exterior à crença. Ademais, dizer que não há eleitores, mas ovelhas a serem pastoreadas, mostra a primazia da religião em detrimento da política. Antes de eleitores, ovelhas; antes do mundo, a igreja; antes da política, a religião. Essas relações, sempre paradoxais, emergem no cenário religioso como construções cosmológicas que permitem aos fieis votar de acordo com suas convicções, segundo aquilo em que acreditam.

### **CONFLITO – ENTRE O BEM E O MAL**

Idealmente a cosmologia cristã deve estar presente em todos os momentos da vida do indivíduo convertido. Entretanto, ele vive em um ambiente mundano e cercado de pecado, por isso sempre existe o risco de cair em tentação, de falhar. Consequentemente, esse “universo simbólico” não deve tratar a religião como se “fosse uma dimensão universal do humano que apenas se revestisse de formas culturais particulares” (Montero, 2012:167). Isso quer dizer que é preciso ter muito cuidado ao se falar em religião, principalmente quando os fieis têm tantas outras dimensões da vida social. Ignorar que fieis têm trabalho, por exemplo, é dizer que as vidas e experiências dessas pessoas se restringem à igreja.

Para solucionar esse impasse metodológico, já que é impossível acompanhar todos os fieis em seus afazeres cotidianos, é preciso considerar seriamente o que é dito pelos crentes na igreja. Segundo eles, Deus deve ter a primazia na vida daqueles que *nasceram de novo*. Os



fiéis estão sempre acompanhados pelo Espírito Santo e devem agir segundo a vontade de Deus em tudo aquilo que fizerem. Em termos dumontianos, a religião engloba o que lhe é oposto (Dumont, 1997). No caso aqui estudado, religião e política se opõem e a última precisa ser entendida a partir dos termos da primeira.

Os temas nas conversas entre os fiéis frequentemente abordam suas provações, tentações ou superações. O conflito está sempre presente no cotidiano dos evangélicos, pois agir contra os interesses do mundo (que são repletos de pecado) demanda luta e superação. Isso significa que o antagonismo entre Bem e Mal, ou entre Deus e o mundo, não emerge como simples demagogia, como especulações teológicas afastadas da vida cristã cotidiana. Ao contrário, o conflito faz parte da rotina dos fiéis; eles estão no meio do embate diário entre Bem e Mal e devem se posicionar, escolhendo um ou outro (Kierkegaard, 2010).

É interessante notar que não apenas a concepção do conflito está presente, mas também o vocabulário remete à guerra a todo instante. Além disso, ao se referir à *vitória* contra o *Inimigo*, à Bíblia como *escudo* e à *crucificação da carne* os fiéis expressam uma construção acerca de uma guerra espiritual explícita onde apenas um pode sair vitorioso. O conflito igualitário entre o Bem e o Mal é apenas aparente (e pode ser até mesmo retórico por uma instante) já que Deus já venceu o pecado quando Cristo morreu na cruz. Não existe dúvida: Deus sempre sai vitorioso do conflito contra o pecado (e contra o Inimigo). A grande questão tratada pela Igreja é assegurar que as pessoas se coloquem ao lado do Vencedor e não contra Ele.

## CONCLUSÕES

Os cristãos compartilham valores específicos através de uma *natureza diferente*, renovada pelo Espírito Santo. A luta diária contra o pecado, a imoralidade e contra a carne é interna à pessoa cristã (Mauss, 2003: p. 393). Entretanto essa ontologia está intrinsecamente ligada à necessidade de extrapolar o plano individual. A luta contra o pecado é universal e por isso se expande a toda a sociedade: ao cristão cabe lutar contra o pecado no nível interior, no nível familiar e também no social. O pecado, assim como Deus, é uma categoria binária

absoluta: ou algo é pecado ou não é; a dúvida e a relatividade não são plausíveis nesse meio, pois o imoral é inequívoco seja no Brasil, seja na Índia<sup>390</sup>.

Assim, o pecado deve ser extinto da vida pessoal dos cristãos e da vida social como um todo. A luta contra o pecado também passa a abarcar a política, que se torna um instrumento poderoso na busca pela disseminação de valores determinados pelas doutrinas cristãs. A política constitui um local de debate e discussões entre vários segmentos sociais que, representados, buscam hegemonia. A religião busca essa mesma hegemonia através do debate, convencimento, *quebrantamento* e, no limite, conversão.

Há, portanto, um trabalho intenso dos políticos e das lideranças das Assembleias de Deus para que a política seja cada vez mais assimilada como uma estratégia de luta contra o pecado e contra o mundo e de defesa de valores, da moral cristã, da família e dos princípios bíblicos. Os fieis, que percebem na política um local sujo e imoral, estão cada vez abertos às iniciativas de políticos que representem seus interesses. Os cristãos têm travado uma luta inexorável contra o pecado e a política pode ser uma poderosa aliada.

## BIBLIOGRAFIA

- ABÉLÈS, Marc. La référence familiale, l'hérité élective et la vie politique locale : une approche anthropologique, in C. Patriat et J.L. Parodi (dirs.), *L'Hérité en politique*, Paris, Ed. Economica, 1992, pp. 81-97.
- ALMEIDA, Ronaldo de. 2009. *A Igreja Universal e seus demônios*. 1. Ed. – São Paulo: Editora Terceiro Nome.
- CANNEL, Fenella. The Christianity of Anthropology. *The Journal of the Royal Anthropological Institute*, Vol. 11, No. 2 (Jun., 2005), pp.335-356.
- BÍBLIA Sagrada. Almeida Século 21. São Paulo: Vida Nova, 2008.
- DUMONT, Louis. *Homo Hierarchicus*. São Paulo: Edusp, 1997.
- FRESTON, Paul. 1993. *Protestantes e Política no Brasil: da constituinte ao impeachment*. 1993. 303p. Tese (doutorado em Sociologia) – Campinas. Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP.
- GILSON, Étienne. *A Existência na Filosofia de S. Tomás*. Livraria Duas Cidades, 1962.
- HEREDIA, Beatriz e PALMEIRA, Moacir. Le temps de la politique, *Études rurales* [En ligne], 131-132 | 1993, mis en ligne le , consulté le 22 septembre 2014. URL: <http://etudesrurales.revues.org/1222>.

---

<sup>390</sup> O exemplo da Índia não é aleatório: conversei com alguns missionários que trabalham na Índia e que usam exatamente as mesmas categorias para evangelizar.

- KIERKEGAARD, S. O conceito de angústia. Petrópolis: Vozes; Bragança Paulista: Editora Universitária São Francisco, 2010.
- \_\_\_\_\_; PALMEIRA, Moacir. O voto como adesão. Teoria e Cultura, v.1, n.1. 35-58 Janeiro-Junho, 2006.
- MAUSS, Marcel. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.
- MONTERO, Paula. Controvérsias religiosas e Esfera Pública: repensando as religiões como discurso. Religião & Sociedade (Impresso), v. 32, p. 15-30, 2012.
- PALMEIRA, Moacir. “Voto: racionalidade ou significado?” Revista Brasileira de Ciências Sociais, n. 20, ano 7, 1992.
- ROBBINS, Joel. “The Globalization of Pentecostal and Charismatic Christianity”. Annual Review of Anthropology, Vol. 33, pp. 117-143, 2004.
- VEYNE, Paul. Acreditam os gregos em seus mitos? Editora Brasiliense, 1984.
- VILLELA, Jorge Luiz Mattar. Política e eleições no Sertão de Pernambuco: O povo em armas. Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- WEBER, Max. 2004. A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo. São Paulo: Companhia das Letras.